*Artigo

O CIDADÃO! QUAL SEU PAPEL?

Finalizado o processo eleitoral, diplomados e empossados, os candidatos eleitos para representar o povo, resta indagar, qual o papel do cidadão-eleitor a partir de agora ou em todo o processo? No jogo democrático, todas as partes possuem seus direitos e seus deveres. Ouvimos muito falar sobre como os nossos representantes devem agir com a responsabilidade que o cargo exige. Mas qual, afinal, é a responsabilidade de quem está na outra ponta do processo eleitoral, o eleitor? Muitas vezes não paramos para refletir sobre esse assunto, afinal minimizamos a importância da participação do eleitor. Qual é a diferença de um voto a mais ou voto a menos, não é mesmo? Pois saiba que cada voto conta e os eleitores não podem fugir de sua grande responsabilidade.

É sabido, que 'a participação política é um dever traduzido na obrigação do voto e, decorrente das obrigações que todo indivíduo tem para com sua pátria', deste modo, em hipótese alguma, pode o eleitor-cidadão assumir a condição de sujeito meramente coadjuvante no processo eleitoral, pois sua atuação, longe de ser um simples dever, consubstancia importante direito de participação ativa e direta na formação de um governo legítimo e democrático, fazendo valer com precisão, a norma constitucional segundo a qual TODO PODER EMANA DO POVO.

Então, a participação do cidadão está adstrita apenas em votar? Por óbvio, NÃO. És o detentor do poder, não um mero espectador coadjuvante de uma eleição. Analisando com profundidade estas palavras, percebe-se que na atualidade há inversão de valores, pois escolhe-se, não apenas representantes, mas sim salvadores da pátria, entregando-lhes todo o poder que de que é detentor e ficando a espera de um milagre.

E assim, vive-se em lamento constante, pois aqueles a quem deve judicioso compromisso e dedicação, está de posse dos poderes, sem haver confiança neles e sem fiscalização.

Com efeito, esse poder-dever do cidadão-eleitor encontra amparo, em primeiro lugar, no arcabouço constitucional e legal de princípios e regras que objetivam a promoção de eleições livres, com a mais límpida e cristalina manifestação da soberania popular.

Em segundo plano, mas não em menor grau de importância, vem a atribuição fiscalizatória que advém dos preceitos morais que impõem atenção aos atos, a fim de alcançar os objetivos da Nação, especialmente a garantia do desenvolvimento, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos.

Nesse cenário, portanto, exsurge a legítima expectativa de que o eleitor-cidadão efetivamente adote uma postura corretiva em relação às irregularidades verificadas durante a vigência do mandato, lançando mão do verdadeiro dever que justifica a sua condição de cidadão e destinatário dos atos governamentais e políticas públicas que a serem implementados pelos políticos.

Tem-se três passos para exercer do poder fiscalizatório e participativo após as eleições:

Participar de Conselhos: Há diversos conselhos municipais, que envolvem temas como saúde, educação, etc., quais tem vagas para serem preenchidas pela sociedade civil. Além disso, escolas e unidades de saúde possui conselho local.

Participar das Associações de Bairros: Ter a comunidade organizada fortalece pedidos e cobranças junto à Câmara e à Prefeitura.

Fiscalizar: Os sites oficiais da Câmara e da Prefeitura trazem informações sobre projetos em trâmite, leis e previsão de gastos, entre outros. Além disso, o poder público é obrigado por lei a realizar audiências públicas sobre temas como saúde e educação.

O cidadão deve ser o maior interessado em que as políticas públicas sejam empregadas com eficiência a fim de redução as desigualdades sociais, melhoria na qualidade de vida e a garantir 'a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados' (art. 6, CF).

Todo o espetáculo do processo eleitoral se dirige especialmente ao mais importante dos sujeitos, o eleitor-cidadão, o detentor de todo o poder de escolha, de aprovação, de rejeição e 'demissão'. A par disto, é imprescindível a participação do cidadão na vida política, pois ele mesmo suportará todos os seus efeitos, positivos e negativos. Não adianta reclamar e postar sua indignação nas redes sociais, quando continua a se colocar na condição de coadjuvante, sem assumir compromisso consigo e com a coletividade. Cada um fazer a sua parte é primeiro passa para exercitar a plenitude de seu poder.

Wilker Christi Corrêa
Advogado

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Maykon H. M. Campos
Guilherme Coutinho
Vitória Bertol
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Jejé agora é Patrono do Colunismo Social

O colunista social e ícone da cultura mato-grossense José Jacinto Siqueira de Arruda, o Jejé de Oyá, agora é Patrono do Colunismo Social de Mato Grosso. O projeto de lei de autoria do deputado Guilherme Maluf foi sancionado pelo governador e publicado esta semana. "Estou feliz em ver concretizada esta justa homenagem a uma pessoa querida e que fez história em Mato Grosso, eternizada agora como Patrono do Colunismo Social", disse o deputado Maluf, ao lembrar que no dia 11 de janeiro de 2016, Jejé faleceu aos 81 anos. Jejé de Oyá nasceu em Rosário Oeste, mas foi morar na capital ainda criança, aos quatro anos, após ter sido adotado por uma família do bairro Boa Morte. Começou no colunismo social ainda na década de 50, após ter se formado como alfaiate. No colunismo, usou inicialmente o codinome "Dino Danuza", em homenagem a Danuza Leão. Depois, adotou a assinatura J. Jacintho. Durante mais de três décadas, publicou sua coluna em diversos jornais, registrando a vida social e traduzindo com ironia tudo o que movimentava o alto escalão da sociedade cuiabana.

Defensoria Pública

O Defensor Público-Geral, Silvio Jéferson de Santan, recebeu o prefeito de Brasnorte, Mauro Rui Heisler para discutir a designação de um Defensor Público para a comarca. "A Defensoria deve expandir suas atividades no Estado, como a instalação do Núcleo de Brasnorte. Sua efetiva instalação, entretanto, deve ser feita com cautela e planejamento".

Caravana 2017

A Caravana da Transformação está de volta em 2017 e a primeira edição do ano será em Jaciara, do dia 24 de janeiro a 03 de fevereiro. Dezenove municípios da região sul serão beneficiados com o programa, que tem como carro-chefe serviços oftalmológicos. A próxima cidade a receber os serviços será São José dos Quatro Marcos.

Novidades

A novidade nesta edição é a parceria com o TJ-MT e a inclusão de consultas médicas com profissionais de quatro áreas: urologia, oncologia, dermatologia e cirurgia de cabeça e pescoço. Tais especialidades serão oferecidas e reguladas, exclusivamente, pelo Consórcio Regional de Saúde do Sul de Mato Grosso.

Fies

O SisFies foi aberto nesta segunda-feira, 9, para as instituições para os contratos formalizados até 31 de dezembro. Já para os alunos, o sistema ficará disponível em 16 de janeiro. O Fies oferece financiamento de cursos superiores em instituições privadas a uma taxa de juros de 6,5% ao ano. O aluno só começa a pagar a dívida após a formatura.

*Bastidores da Política

Teto dos gastos

Pelo menos 20 representantes do Fórum Sindical estiveram reunidos esta semana com os deputados estaduais Eduardo Botelho, José Domingos Fraga e Dilmar Dal Bosco, para falar sobre projeto de lei complementar do teto dos gastos públicos. Na reunião eles garantiram que a Assembleia Legislativa não votará esta semana o mesmo.

Proposta

"Fizemos um compromisso de não votar esse projeto antes de fevereiro e também acredito que nem o Governo não deverá enviar agora essa proposta. E quando mandar o projeto, nós vamos analisar com calma e vocês terão oportunidade de conversar e convencer todos os deputados", garantiu Botelho.

Tendência

Entretanto, o deputado adiantou que existe uma tendência de aprovação desse projeto de lei complementar, pois há uma determinação que vem de Brasília. "Senão podem suspender o pagamento da dívida, tem a questão de ajuda aos estados e tudo isso deverá ser analisado e, vocês, acharem formas de convencimento".

Audiências

Na mesma reunião, os deputados se comprometeram a realizar audiências públicas para discutir todo o pacote de cortes de gastos no serviço público, a exemplo da Reforma Administrativa. Uma das preocupações do segmento de servidores públicos era que esse projeto entrasse na pauta de votação ainda esta semana, sem nenhuma discussão.

R$ 65 milhões

As dívidas da Prefeitura de Cuiabá são de aproximadamente R$ 65 milhões, segundo o prefeito Emanuel Pinheiro (PMDB). Segundo Emanuel, o valor é exclusivamente referente às dívidas da gestão do ex-prefeito Mauro Mendes (PSB). O prefeito afirmou que o montante da dívida ainda pode aumentar, pois um balanço oficial deve ser concluído em março.

Saldo negativo

O saldo negativo deve impactar nos investimentos. "A dívida amarra a nossa capacidade de investir e limita novos gastos", declarou Emanuel. Para cortar gastos, o prefeito afirmou que, entre outras ações, não deve convocar os aprovados em concursos públicos municipais e não fazer novos investimentos.

E mais

Além disso, a prefeitura deve enxugar o número de cargos comissionados no órgão. Há pouco mais de uma semana no cargo, Emanuel já exonerou 608 funcionários comissionados. O ato foi anunciado um dia após a posse. O novo prefeito também assinou outros 12 decretos que estabelecem as prioridades do governo.

Orçamento

O presidente em exercício, Rodrigo Maia, sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017 na íntegra. Pelo texto aprovado no Congresso em dezembro passado, o orçamento deste ano prevê R$ 3,505 trilhões e prevê recursos maiores em investimentos para a saúde e educação. O piso na saúde foi elevado para R$ 115,3 bilhões.

Justiça bloqueia até R$ 4 milhões do ministro Blairo Maggi

A Justiça de Mato Grosso determinou o bloqueio de até R$ 4 milhões em bens do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, e de outras oito pessoas acusadas de usar dinheiro público para comprar uma vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) para beneficiar o ex-deputado estadual Sérgio Ricardo, que também é reu na ação. A decisão tem caráter liminar e é cabível de recurso. O ministro disse, em nota, ter ficado surpreso com a decisão, pois não houve nenhum fato novo no processo que tramita na esfera federal, no qual era investigado pela mesma nomeação, e alegou consciência tranquila. "Estou pronto para prestar todos os esclarecimentos à Justiça e, recorrer da medida, por entender não ter sido justa a decisão proferida, ainda que liminarmente", declarou.